



## Contribuições do ecossocialismo para derrotar a extrema direita brasileira

Henrique Tahan Novaes<sup>1</sup>

### Introdução

O futuro não pode ser uma continuação do passado, e há sinais de que chegamos a um ponto de crise histórica. As forças geradas pela economia tecnocientífica são agora suficientemente grandes para destruir o meio ambiente, ou seja, as fundações materiais da vida humana (Eric Hobsbawm, 1996)

Ao que tudo indica, as fundações materiais da vida humana na terra nos levaram a um ponto de crise histórica. O relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) de agosto de 2021 demonstrou cientificamente que a humanidade corre um sério risco de enfrentar graves problemas ambientais nas próximas décadas, se forem mantidos os padrões de produção e consumo atuais.

Pesquisas têm mostrado o aumento da temperatura do planeta, mas em especial de algumas regiões, intensificação de furacões, geadas inesperadas em algumas regiões, crise hídrica, desertificação de regiões, dentre tantas outras.

António Guterres, secretário-geral da Organização das Nações Unidas deu a seguinte afirmação recentemente: o relatório do IPCC de agosto de 2021 é “um código vermelho para a humanidade”, com

---

<sup>1</sup> Docente da FFC UNESP Marília e do Programa de Pós graduação em educação. [hetanov@gmail.com](mailto:hetanov@gmail.com)

uma evidência irrefutável: as emissões de gases a partir da queima de combustíveis fósseis e do desmatamento estão sufocando o planeta e colocando bilhões de pessoas em risco.

Guterres afirmou também que o relatório “deve soar como uma sentença de morte para os combustíveis fósseis, antes que destruam o planeta”. O presidente da ONU pediu ação imediata para cortes profundos das emissões dos poluentes, já que sem isso, não será possível limitar o aquecimento da temperatura global a 1.5 °C.

O relatório do IPCC foi socializado num ano bastante complicado, pois estamos vivenciando a pandemia do coronavírus e no caso brasileiro, uma gestão criminosa da pandemia por Bolsonaro.

Por sua vez, o diretor executivo da agência de assistência alimentar da Organização das Nações Unidas (ONU), David Beasley, afirmou em 2020 que a pandemia do novo coronavírus está causando fome generalizada "de proporções bíblicas" por todo mundo. Beasley pediu que governantes ajam antes que centenas de milhões passem fome em pouco tempo. “Não estamos falando de pessoas que vão dormir com fome. Estamos falando de condições extremas, situação de emergência. Pessoas literalmente marchando à beira da fome. Se não conseguirmos comida para as pessoas, as pessoas vão morrer”, afirmou o diretor ao jornal inglês *The Guardian*. Ao que tudo indica, as respostas dos governos a pandemia têm sido muito aquém das necessidades humanitárias.

Autores como Eric Hobsbawm (1996), István Mészáros (2002) e Francois Chesnais e Claude Serfati (2001) afirmam que o capitalismo não pode mais ser caracterizado pelo extraordinário “desenvolvimento de forças produtivas”, mas de forças destrutivas, que estão levando a processos de destruição das condições de vida na terra.

Mas é preciso lembrar que boa parte da teoria social, inclusive marxista, ficou encantada com os frutos das 4 revoluções industriais. Novos produtos, novos processos, foram inventados e foram considerados “o lado bom do capitalismo”. Energia elétrica, televisores, computadores, celulares, carros, aviões são considerados frutos do “progresso técnico” que permitiram a humanidade, ou para ser mais preciso, uma pequena parcela viver em melhores condições.

É nos anos 1970 que são criadas as primeiras conferências da ONU para alertar – a partir de relatórios científicos – que a espaço-nave terra não suportaria os padrões de produção e consumo estimulados pelo capitalismo.

Em 1962 Rachel Carlson publica seu livro “Primavera silenciosa” que emitiu claros alertas sobre a produção destrutiva de alimentos. No Brasil, neste momento, começam a ganhar força as teorias de Ana Primavesi (1920—2018), uma austríaca que participou da criação da Universidade Federal de Santa Maria, no sul do Brasil. Suas teorias foram expostas no livro “Agricultura Sustentável” (1986). José Antonio Lutzenberger (1926-2002) – um engenheiro que inicialmente vendia agrotóxicos, passou a defender uma produção de alimentos sustentável sem a utilização de agrotóxicos.

Ainda nos anos 1980 Luiz Carlos Pinheiro Machado (1929-2020) deu inúmeras palestras, cursos, atividades de campo tendo em vista a construção de processos de conversão agroecológica, considerando o PRV (Pastoreio Racional Voisin). Pinheiro Machado foi consultor internacional para a promoção de uma agropecuária sustentável e lutou ao lado dos movimentos sociais do campo.

É preciso lembrar também que Chico Mendes (1944-1988) ganhou relevância internacional ao denunciar a destruição da Amazônia,

como parte da política de “avanço da fronteira agrícola” dos militares (1964-1985).

Em 1992 é realizada a Rio 92 no Brasil, como parte dos esforços para um “desenvolvimento sustentável” e em 2002 a Rio +20, que ganhou o apelido de Rio -20.

### “Desenvolvimento sustentável” e seus limites

Especialmente nos anos 1980 e 1990, ganharam força as teorias do desenvolvimento sustentável, em grande medida em função dos relatórios da ONU para a questão ambiental, conforme vimos na seção anterior.

Não podemos deixar de destacar que no Brasil, as teorias do desenvolvimento sustentável sofreram adaptações curiosas. Surge um “novo dicionário”, em geral criado por economistas, com palavras como “crescimento sustentável”, “agronegócio sustentável”, “cidades sustentáveis”, “responsabilidade social e ambiental”, para não falar de uma enorme oportunidade de negócios da “economia verde”.

Os 3Rs: Reduzir, Reutilizar e Reciclar, de alguma forma entraram na agenda das grandes empresas, das escolas, de governos, Estado, etc. No entanto, a questão ambiental, dentro dos marcos políticos e teóricos do desenvolvimento sustentável, só pode abordar a questão de forma bastante epitelial, que não chega à raiz dos problemas.

Também é preciso lembrar que, mesmo com o avanço simbólico da agenda ambiental, o Brasil continua sendo uma verdadeira máquina de produção de desigualdade. Se fizermos um balanço da Nova República (1986-2016), em linhas gerais a concentração de renda segue alta, as favelas continuam existindo, o subemprego nas alturas, quase a metade da população vive sem saneamento básico e com insegurança alimentar. As mineradoras produziram dois grandes

crimes ambientais-humanitários nos anos 2010. A produção de açúcar e etanol é extremamente destrutiva. Como pode haver “desenvolvimento sustentável” num país com tantas desigualdades sociais e crimes ambientais?

Um dos intelectuais mais importantes da teoria do desenvolvimento sustentável é Ignacy Sachs (1930- ...). Sachs foi um dos mais renomados socioeconomistas ou “ecoeconomistas”. Polonês que teve que migrar para o Brasil, foi assessor da ONU e figura central nas teorias que culminaram no conceito de desenvolvimento sustentável. Sachs foi diretor da Escola de Altos Estudos na França e suas teorias tiveram grande alcance internacional.

Dentre os desafios mais específicos para as políticas públicas para a C&T, o autor destaca “o empenho de toda engenhosidade para valorizar os recursos potenciais de cada ecossistema por meio de técnicas apropriadas” (Sachs, 1993, p. 183). É nesse sentido que Sachs coloca três “obstáculos” a serem enfrentados para uma possível “mudança tecnológica”: 1) a necessidade de adaptar as tecnologias a diversos contextos ecológicos, culturais, socioeconômicos, em vez de forçar a transferência de tecnologias apenas pelo fato de estarem disponíveis; 2) a contradição entre as prioridades de pesquisa estabelecidas pelo mercado ou à luz das exigências militares e as prioridades indicadas por uma análise abrangente das necessidades sociais; 3) a distância crescente entre o grande poder das tecnologias modernas e os sistemas já ultrapassados de controle político e social sobre as mesmas.

Os investimentos e pesquisas na área de reciclagem de resíduos, conservação da energia e da água, aumento da vida útil das máquinas e equipamentos trarão soluções vencedoras em termos de criação de emprego e resolução de problemas ambientais. Em vez do uso de

biotecnologias, Sachs propõe o desenvolvimento de biopesticidas e bioinseticidas naturais (Sachs, 1993). Ele também faz uma menção especial à pesquisa e experimentação orientadas para a combinação de tecnologias tradicionais e de ponta, acessíveis aos pequenos produtores, poupadoras de solo e água na produção de cereais, e desses cereais na pecuária.

Como mudanças sugeridas no estilo de se fazer pesquisa, Sachs nos coloca a extrema necessidade de quebrarmos o isolamento das ciências e fazer com que estas dialoguem. Para ele, a segmentação das disciplinas e a especialização impedem uma visão do todo e da complexidade com a qual estamos nos defrontando (Sachs, 1986). A geração e disseminação de novas técnicas agrícolas – ambientalmente viáveis, economicamente eficientes e adaptadas às necessidades diversificadas de pequenos produtores em todo o mundo – exigirão “um esforço considerável” por muitos anos (Sachs, 1993, p. 35).

Além das mudanças já mencionadas tendo em vista o papel da universidade, Sachs também reforça a ideia de que esta não poderá continuar sendo uma “torre de marfim” nem uma “fábrica de diplomas”, cabendo a ela uma função primordial de recurso para o desenvolvimento local (Sachs, 1993, p. 39).

No nosso entendimento, Ignacy Sachs realiza uma crítica parcial e incompleta ao papel destrutivo das corporações transnacionais. Sua proposta de um desenvolvimento socialmente justo, economicamente responsável e ambientalmente sustentável, ainda que tenha algumas positivities, não consegue apontar para o ecossocialismo.

Chesnais e Serfati (2003) sinalizam que Marx já advertia em a *Ideologia Alemã* que se chega a um estágio em que, no quadro das relações existentes, nascem forças produtivas e meios de circulação que só podem tornar-se nefastos. Elas não são mais forças produtivas,

mas forças destrutivas! Para Mészáros (2002, p. 527), um conceito que requer uma reavaliação fundamental é o de “avanço produtivo” do capital.

Segundo Chesnais e Serfati (2003), a ciência, a tecnologia e as formas de cultivar e de fabricar, ou dito de outra forma, as formas de relações com a natureza, seriam para o socialismo ao mesmo tempo uma herança e um trampolim. Elas se constituiriam primeiro uma herança que o socialismo poderia aceitar após inventário, mas um inventário pouco detalhado. Em seguida, seria um trampolim a partir do qual a humanidade poderia avançar sem ter que realizar mais que inflexões de rota e sem ter de gerenciar imensos estragos ao tentar reverter, pelo menos parcialmente, suas consequências (Chesnais; Serfati, 2003, p. 46).

Para eles, a tecnologia e a ciência foram moldadas pelos objetivos da dominação social e do lucro, sendo estes os mecanismos que nos dão a seleção da ciência e da técnica (Chesnais; Serfati, 2003, p. 59). Por detrás da “autonomia de pesquisa que o capital financeiro não tolera nem mais como um mito”, sempre houve possantes mecanismos objetivos: o financiamento, os modos de recompensa do sucesso; subjetivos: a interiorização dos valores da sociedade burguesa que a orientava segundo os impulsos da acumulação e da hierarquia dos objetivos do capitalismo (Chesnais; Serfati, 2003, pp. 60-61). Poderíamos afirmar que a visão hegemônica não percebe as relações sociais contidas na tecnologia e nas demais forças produtivas, fazendo com que prevaleça a ideia de autonomia de pesquisa e neutralidade.

Para Mészáros (2004):

uma das ilusões mais resistentes em relação às ciências naturais refere-se a suas pretensas “objetividade” e

“neutralidade”, que lhes são atribuídas em virtude de seu caráter experimental e instrumental, em contraste com o caráter socialmente mais envolvido e comprometido das “ciências humanas”. Entretanto, um exame mais cuidadoso mostra que estas objetividade e neutralidade não passam de lenda, pois, na realidade, o que ocorre é o oposto (Mészáros, 2004, p. 283 – grifos no original).

A ciência não é um agente soberano, material e politicamente autossuficiente, diz Mészáros. Ela é “inseparável, subordinada ou ‘vinculada’ à voz que domina o presente: a comunidade de negócios do complexo militar-industrial” (Mészáros, 2004, p. 283 – grifo no original).

Comentando a opinião de Austin, que afirmava que os grandes cientistas chegaram a suas descobertas “perambulando para um lado e para o outro com seus instrumentos” e “tropeçando em algo realmente importante, mais do que, um belo dia resolvendo: vamos atacar algum problema”, Mészáros (2004, p. 278) refuta a ideia de independência dos cientistas citando Einstein, quem em *On peace* afirmou:

se eu fosse novamente um rapaz e tivesse de decidir como ganhar a vida, não tentaria me tornar um cientista, um acadêmico ou um professor. Escolheria antes ser um encanador ou um vendedor ambulante, na esperança de encontrar aquele modesto grau de independência possível nas atuais circunstâncias.

John Belamy Foster (2005) acredita que o marxismo ignorou ou subestimou a questão ambiental no século XX. As teorias marxistas desenvolvidas no século XX não deram a devida atenção ao papel destrutivo da sociedade produtora de mercadorias. Para piorar, a divisão entre ciências da natureza e ciências humanas, de alguma



forma também existente no marxismo, contribuiu para deixar de lado a observação das condições de vida no planeta terra.

Os partidos verdes que surgiram especialmente nos anos 1970 não conseguiram esboçar programas que minimamente atacassem os pilares do sociometabolismo do capital: trabalho alienado, propriedade privada e a forma Estatal de dominação (Mészáros, 2002).

No Brasil praticamente todos eles se colocam no campo pró-capital, e não anticapital. Defendem melhorias e aperfeiçoamentos no modo de produção capitalista, mas evidentemente não conseguem articular um programa e ações abrangentes tendo em vista a transição socialista. O partido verde se tornou praticamente um partido de aluguel e fez parte de todos os governos recentes, de Collor até Bolsonaro.

No nosso entendimento, a abordagem dos teóricos do desenvolvimento sustentável é incompleta, no que se refere à neutralidade da ciência e tecnologia, e é insuficiente, no que se refere a teorização de alternativas radicais para os graves problemas que a humanidade vem enfrentando. De uma forma ou de outra, elas não conseguem ultrapassar o aqui que no Brasil chamamos de ecocapitalismo.

As contribuições do ecossocialismo para derrotar a extrema direita

Intelectuais marxistas têm se preocupado cada vez mais com os crimes e “desastres” ambientais. Destacamos, dentre outros, os estudos de John Bellamy Foster (2005), com o livro “A ecologia em Marx”; István Mészáros (2002), em “Para além do capital”; Joel Kove e Michael Löwy (2002) com o “Manifesto ecossocialista

internacional”; Elmar Altvater (2007), “Existe um marxismo ecológico?”; Michael Löwy (2003) “Ecologia e socialismo”; e, do mesmo autor, Löwy (2018), “Mensagem ecológica ao camarada Marx”.

No campo da agroecologia, na vertente marxista brasileira, é possível destacar os estudos de Thelmely Torres Rego (2016), “Formação em agroecologia”; Dominique Guhur (2015), “Questão ambiental e agroecologia”; Wilon Mazalla Neto (2014), Agroecologia e Movimentos Sociais; Henrique Novaes, Diogo Mazin e Lais Santos (2015, organizadores), “Questão agrária, cooperação e agroecologia”; Henrique Novaes (2017), “Mundo do trabalho associado e embriões de educação para além do capital”; Sevilla Guzman e Molina (2011), “Sobre a evolução do conceito de campesinato”.

O estudo rigoroso de Luiz Marques (2015) é um dos mais importantes dos últimos tempos, em nível internacional, recentemente traduzido pela Editora Springer. O autor recupera a ascensão das corporações transnacionais no século XX e realiza um estudo minucioso do colapso ambiental em vários “campos”. Marques realiza uma ampla e exaustiva análise do poder destrutivo das corporações que culmina numa teoria do colapso ambiental, a partir de inúmeros dados científicos.

Autores como István Mészáros (2002), Michel Löwy (2003), John Belamy Foster (2005) tem trazido contribuições fundamentais para a crítica ao “desenvolvimento sustentável” e o resgate da questão ambiental na perspectiva marxista, tendo em vista uma teoria que aponte para uma superação do capitalismo, isto é, um “diagnóstico” combinado com alternativas radicais.

Michael Löwy acredita que o ecossocialismo pode ser uma alternativa radical. Nas suas palavras:

As tentativas de soluções moderadas se revelam completamente incapazes de enfrentar esse processo catastrófico. O chamado Tratado de Kioto está muito aquém, quase infinitamente aquém, do que seria o necessário, e, ainda assim, o governo norte-americano, que dirige o principal país poluidor, campeão da poluição planetária, recusa-se a assinar. O Tratado de Kioto, na realidade, propõe resolver o problema das emissões de gases que causam o efeito estufa por meio do assim chamado “mercado dos direitos de poluir”. As empresas que emitem mais CO<sub>2</sub> vão comprar de outras, que poluem menos, direitos de emissão. Isto seria “a solução” do problema para o efeito estufa! Obviamente, as soluções que aceitam as regras do jogo capitalista, que se adaptam às regras do mercado, que aceitam a lógica de expansão infinita do capital, não são soluções, e são incapazes de enfrentar a crise ambiental – uma crise que se transforma, devido à mudança climática, numa crise de sobrevivência da espécie humana. (Löwy, 2013, p. 81)

Löwy (2013) também observa que a Conferência das Nações Unidas sobre a Mudança Climática, realizada em Copenhagen, em dezembro de 2009, foi mais um exemplo clamoroso da incapacidade – ou da falta de interesse – das potências capitalistas em/para enfrentar o dramático desafio do aquecimento global. E também observa que a Rio+20, que tentou impor a pretensa “economia verde” – isto é, o capitalismo pintado com outra cor – e terminou com vagas

declarações, sem nenhum compromisso efetivo de combate à mudança climática.

Concordamos com Löwy que precisamos pensar em

alternativas radicais, alternativas que coloquem outro horizonte histórico, mais além do capitalismo, mais além das regras de acumulação capitalista e da lógica do lucro e da mercadoria. Como uma alternativa radical é aquela que vai à raiz do problema, que é o capitalismo, essa alternativa é o ecossocialismo, uma proposta estratégica, que resulta da convergência entre a reflexão ecológica e a reflexão socialista, a reflexão marxista.

Michael Löwy (1938-...) faz um balanço da ecologia não socialista, capitalista ou reformista e mostra todos os seus limites, como vimos acima. Basicamente – para ele – os limites destas propostas é justamente não colocar em questão a luta de classes e a propriedade dos meios de produção. Löwy é um pensador marxista brasileiro radicado na França, onde trabalha como diretor de pesquisas do *Centre National de la Recherche Scientifique* (CNRS). Tem se dedicado a construção teórica do ecossocialismo, dentre outras temáticas igualmente importantes.

Ademais, Löwy (2013, p. 82) critica o socialismo não ecológico do século XX, tomando como exemplo a “União Soviética, onde a perspectiva socialista se perdeu rapidamente com o processo de burocratização, e o resultado foi um processo de industrialização tremendamente destruidor do meio ambiente”.

Michael Löwy assinala que existe hoje, em escala mundial, um movimento ecossocialista internacional. Ele cita como exemplo de

ações, por ocasião do Fórum Social Mundial de Belém – Brasil em janeiro de 2009, a publicação de uma declaração sobre a mudança climática e, em âmbito do Brasil, uma rede ecossocialista que também publicou um manifesto.

Cabe lembrar também que em agosto de 2021, ocorreu uma grande manifestação em Brasília em defesa da demarcação dos territórios indígenas. A Constituição de 1988 assegura a posse das terras comunais de índios e quilombolas. Porém, de lá para cá, não houve um esforço por parte do Estado brasileiro para demarcar essas terras, deixando indígenas e quilombolas numa situação totalmente instável. Com o avanço das forças de extrema direita bolsonaristas, muitas interessadas na extração de minérios, avanço da pecuária, etc. novamente as populações originárias estão em perigo.

Também é preciso destacar a experiência acumulada pelos movimentos sociais nos anos 2000. Lutas contra a transgenia, contra o uso de agrotóxicos, ações contra as monoculturas de exportação em grandes propriedades de terra, a crítica às relações de produção baseadas no trabalho explorado-alienado e relações hierárquicas entre homens e mulheres, foram realizadas por movimentos sociais integrantes da Via Campesina. Essas lutas se contrapõem a produção de commodities, isto é, defendem a produção de alimentos, o uso adequado dos recursos naturais prioritariamente para alimentar o povo, e não para alimentar porcos que serão consumidos na China. Enfim, a produção de valores de uso e não de troca, ou novas relações sociais de produção e consumo que apontam para a soberania alimentar.

No caso do MST, o que o mobiliza é a negação do padrão de desenvolvimento agrícola existente no país, colocando em evidência a necessidade da preservação e reconstrução da agricultura camponesa

pela via da reforma agrária, além de propor formas de gestão e participação do campesinato em sistemas cooperativizados e agroecológicos de produção (Gonçalves, 2008).

Por último, mas não menos importante, é preciso lembrar que enquanto na mesma semana que a ONU alertava para o aumento da fome e miséria no mundo, ricos iam passear alguns minutos fora da terra!

Para o caso brasileiro, como será possível derrotar as políticas agrária, energética e ambiental da extrema direita? A tarefa não é nada fácil. Argumentos científicos em grupos de whatsapp familiares não tem surtido muito efeito.

A crise hídrica, a insegurança alimentar, a destruição da Amazônia, os crimes ambientais pelas mineradoras em Minas Gerais poderão produzir lutas que apontem para uma sociedade para além do capital? Até o presente momento não é possível afirmar com muita segurança essa possibilidade, da mesma forma que ainda não é possível afirmar que haverá eleições em 2022 nesta república de democracia restrita, frágil e altamente instável chamada Brasil.

## Referências

ALTVATER, Elmar. Existe um marxismo ecológico? In: BORÓN, A. (org.) A teoria marxista hoje. São Paulo: Expressão Popular-Clacso, 2007.

CHESNAIS, F. e SERFATI, C. “Ecologia e condições físicas de reprodução social: alguns fios condutores marxistas”. *Revista Crítica Marxista*, São Paulo, v.1, n. 16, pp. 39-75, set. 2003.

FOSTER, John Belamy. A ecologia em Marx. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

HARVEY. David. O novo imperialismo. São Paulo: Loyola, 2004.

HOBBSBAWM, Eric. Era dos extremos. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

KOVEL, Joel; LÖWY, Michel. Manifesto ecossocialista internacional. Capitalism, Nature, Socialism -A Journal of Socialist Ecology, 2002.

LÖWY, Michael. Ecologia e Socialismo. São Paulo: Cortez, 2003.

\_\_\_\_\_. Crise ecológica, crise capitalista crise de civilização: a alternativa ecossocialista. Cadernos CRH 2013, p. 79-96.

\_\_\_\_\_. Mensagem ecológica ao camarada Marx. Cadernos Cemarx, Campinas, n. 11, 2018.

MACHADO, Luiz Carlos Pinheiro; MACHADO FILHO, Luiz Carlos Pinheiro. A Dialética da Agroecologia: contribuição para um mundo com alimentos sem veneno. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

MARQUES, Luiz. Capitalismo e colapso ambiental. Campinas: Ed. Unicamp, 2015.

MAZALLA NETTO, Wilon. Agroecologia e Movimentos Sociais: entre o debate teórico e sua construção pelos agricultores camponeses. Tese. (Doutorado em Engenharia Agrícola), Universidade Estadual de Campinas, 2014.

MÉSZÁROS, István. Atualidade histórica da ofensiva socialista – uma alternativa radical ao sistema parlamentar. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.

\_\_\_\_\_. O poder da ideologia. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

\_\_\_\_\_. Para além do capital. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

NOVAES, Henrique; MAZIN, Diogo; SANTOS, Lais (orgs.). Questão Agrária, Cooperação e Agroecologia. São Paulo: Outras Expressões, 2015.

PRIMAVESI, Ana. Agricultura sustentável. São Paulo: Nobel, 1986.

REGO, Thelmely Torres. Formação em agroecologia. Programa do Contestado da AS-PTA. Tese (Doutorado em Educação). Florianópolis: UFSC, 2016.

SADER, Eder. Quando novos personagens entram em cena. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SACHS, I. *Espaços, tempos e estratégias de desenvolvimento*. São Paulo: Vértice, 1986.

\_\_\_\_\_. *Estratégias de transição para o século 21*. São Paulo, Studio Nobel-Fundap, 1993.

ZIEGLER, Jean. Destruição em massa: geopolítica da fome. São Paulo: Cortez, 2013.